E M E N T A

PROCESSO TC Nº 05357/20

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL » AUTARQUIA » INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA » ATOS DE PESSOAL » APOSENTADORIA POR INVALIDEZ COM PROVENTOS PROPORCIONAIS» CONCESSÃO DE REGISTRO AO ATO.

A C Ó R D Ã O AC1 - TC 00826/22

R E L A T Ó R I O

01. **PROCESSO:** TC- 05357/20

02. **ORIGEM:** INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

03. **INFORMAÇÕES SOBRE A BENEFICIÁRIA E O ATO:**

03.01. NOME: Maria da Conceição Ribeiro Guedes
03.02. IDADE: 55, fls.03.
03.03. CARGO: Agente Administrativo
03.04. LOTAÇÃO: Secretaria Municipal de Saúde
03.05. MATRÍCULA: 24.005-2
03.06. DA APOSENTADORIA:
03.06.01. NATUREZA: Aposentadoria por Invalidez com Proventos Proporcionais
03.06.02. FUNDAMENTO: Art. 40, § 1º, inciso I da CF/88, (Redação dada pela EC 41/2003) c/c art. 6º-A da Ec 41/2003 (incluído peça EC 70/2012).
03.06.03. ATO: Portaria A nº 035/2020, fls. 63.
03.06.04. AUTORIDADE RESPONSÁVEL: ROBERTO WAGNER MARIZ QUEIROGA - SUPERINTENDENTE
03.06.05. DATA DO ATO: 31 DE JANEIRO DE 2020, fls. 63.
03.06.06. ÓRGÃO QUE PUBLICOU O ATO: SEMANÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA
03.06.07. DATA DA PUBLICAÇÃO DO ATO: DE 26 DE JANEIRO A 01 DE FEVEREIRO DE 2020, fls. 64

04. **RELATÓRIO DA AUDITORIA:**

O Órgão Técnico deste Tribunal, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu relatório inicial, fls. 71/75, destacando a necessidade da notificação da autoridade previdenciária, para que tomasse as medidas sugeridas no relatório.

Devidamente notificada à autoridade previdenciária, anexou aos autos defesa, através do documento nº 91707/21, nos exatos termos.

Ao analisar a defesa, a Auditoria entendeu sanada a inconformidade, antes suscitada, devendo assim o ato Nº 035/2020, fls. 63, receber o devido registro.

PARECER DO MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL

Parecer oral, na sessão, de acordo com o entendimento da Auditoria, pela legalidade da aposentadoria em apreço.

VOTO DO RELATOR

Pela legalidade e concessão de registro ao ato de Aposentadoria por Invalidez com Proventos Proporcionais da Senhora Maria da Conceição Ribeiro Guedes, formalizado pela Portaria nº 035/2020 - fls. 63, com a devida publicação no semanário Oficial do Município de João Pessoa (de 26/01 a 01/02/2020), estando correta a sua fundamentação (Art. 40, § 1º, inciso I da CF/88, (Redação dada pela EC 41/2003) c/c art. 6º-A da Ec 41/2003 (incluído peça EC 70/2012), a comprovação do tempo de contribuição, bem como os cálculos dos proventos feitos pela entidade previdenciária.

DECISÃO DA 1ª CÂMARA DO TRIBUNAL

Vistos, relatados e discutidos os autos do PROCESSO TC- 05357/20, ACORDAM os MEMBROS da 1ª CÂMARA do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA (TCE-PB), à unanimidade, na sessão realizada nesta data, em conceder registro ao ato de Aposentadoria por Invalidez com Proventos Proporcionais da Senhora Maria da Conceição Ribeiro Guedes, formalizado pela Portaria nº 035/2020 - fls. 63, supra caracterizado.

Publique-se, registre-se, intime-se e cumpra-se.
1ª Câmara do TCE-PB – Sessão Presencial e Remota
João Pessoa, 12 de maio de 2022.

Assinado 14 de Maio de 2022 às 10:36

Cons. Antônio Nominando Diniz Filho
PRESIDENTE E RELATOR

Assinado 15 de Maio de 2022 às 17:12

Elvira Samara Pereira de Oliveira
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO